

BISPOS: ELITES DIRIGENTES E CATOLICISMO POPULAR EM SANTA CATARINA

*Élio Cantalício Serpa**

Os bispos que ocuparam a diocese de Curitiba e Florianópolis, D. José de Camargo Barros, D. Duarte Leopoldo e Silva, D. João Becker e D. Joaquim Domingos de Oliveira, respectivamente, constituíram-se em autênticos porta-vozes da proposta de romanização, indo desde a sua formação sacerdotal até suas práticas pastorais à frente das dioceses. Com exceção de D. João Becker, que teve sua formação sacerdotal no seminário diocesano de Porto Alegre, fundado por D. Claudio Ponce de Leon e sua sagração deu-se em Porto Alegre, os outros bispos, acima citados, tiveram sua formação sacerdotal básica no seminário episcopal de São Paulo. Seminário fundado por D. Antonio Joaquim de Melo, Bispo da lei, da ordem e da disciplina que norteava suas ações pelo segmento rígido das normas emanadas do concílio de Trento¹. Tiveram suas sagrações episcopais no Colégio Pio Latino Americano, em Roma. Estes bispos foram responsáveis pela implementação do processo de romanização em Santa Catarina de forma sistemática.

O catolicismo romanizado começou a penetrar no Brasil, segundo Augustin Wernet, com a chegada de alguns padres lazaristas, com a expansão das missões populares, com a educação e com a formação dada

* Departamento de História. Universidade Federal de Santa Catarina. 88040-900 Florianópolis-SC.

nos colégios e seminários do Caraça de Campo Belo e Mariana². Em Santa Catarina, os padres da Companhia de Jesus desempenharam, inicialmente, o papel de propagadores do catolicismo romanizado através da organização de missões religiosas populares. De qualquer forma as atividades missionárias em Santa Catarina, desencadearam antes mesmo da instalação da diocese, prática do catolicismo romanizado. Essas práticas missionárias eram, na verdade, isoladas dentro de todo um contexto onde grande parte do clero, considerado como funcionário do Estado, não ultrapassavam os limites de suas práticas, mas nelas se envolviam sem, no entanto, ter condições de construir uma instituição livre do controle do poder temporal.

A romanização, no Brasil, se esboçou a partir da segunda metade do século XIX quando na Europa já se vivenciava o desejo de construção de uma Igreja Universal, tendo à frente o Papa Pio IX, que defendia e exigia dos seus subordinados a adesão aos princípios de uma Igreja fortemente centralizadora. Para dar maior ênfase ao processo de desencadeamento do catolicismo romanizado, Pio IX publicou o *Syllabus Errorum* e a *Quanta Cura* (1848) delimitando o relacionamento entre Igreja e o Mundo. Fundou, em 1850, o Pontifício Colégio Latino Americano, onde se formaram futuros sacerdotes com mentalidade ultramontana, proclamou o dogma da Imaculada Conceição e realizou o Concílio Vaticano I, afirmando o dogma da infatibilidade Pontifícia.

Para a nova sensibilidade religiosa que retomou as decisões do Concílio de Trento o vigário era peça fundamental. Se antes era encarado como mero funcionário público, cheio de mazelas, vivendo quase sempre amancebado, passou-se a exigir esforço no sentido de ser atuante e dele se esperava o bom exemplo, recatamento, distanciamento do leigo e fidelidade irrestrita à autoridade episcopal. Os casos de desobediência eram punidos severamente. Esperava-se que impusesse sua autoridade, que fosse respeitado como forma de resgatar sua credibilidade enquanto indivíduo devidamente preparado para veicular o discurso religioso. Para isto, então, deveria ter uma sólida formação nos seminários e era representado nas falas dos bispos como um enviado de Deus, portanto, seu poder extrapolava os limites temporais e sua missão era preparar o homem para a vida eterna, quando se defrontava com o Supremo Criador do Universo.

Para superar a carência e até mesmo livrar-se daqueles acostumados com a situação durante o Império — de meros funcionários públicos — o episcopado brasileiro lançou mão da importação de ordens e congregações religiosas estrangeiras e, até mesmo, de padres ligados a congregações tradicionais, cuja formação religiosa era compatível com os interesses da Igreja romanizada. Neste empreendimento, os bispos, foram facilitados pela onda de perseguições religiosas em países como a Alemanha, França e Portugal e por outro lado, a reabertura de conventos, mosteiros e residências das ordens religiosas facilitou o recrutamento e formação de uma nova geração de quadros para o clero³.

A vinda das novas ordens e congregações como jesuítas, lazaristas, capuchinhos, prendeu-se, então, à necessidade de suprir a carência do clero, pelo fato de serem essas ordens e congregações afinadas com o pensamento da Igreja romanizada o que facilitava o controle pelas autoridades diocesanas e eram afinadas com a difusão de novas condutas que a expansão do processo civilizatório exigia. Nesse empreendimento atingiram, notadamente, as camadas médias da sociedade e elites locais. Estas buscavam sua diferenciação enquanto classe, novas formas de lazer, novas condutas sociais e novas formas de se relacionar com o sagrado. A nova sensibilidade religiosa investia no aspecto pomposo da cerimônia onde as autoridades civis e eclesiásticas assumiam sua teatralidade como autênticos paladinos das vontades coletivas. As pessoas, no recinto das Igrejas, deveriam ser recatadas no sentar-se, no vestir-se e ter clareza que a igreja era o espaço específico para atos onde deveria prevalecer o sentimento religioso. Bandas de músicas foram preparadas para entoar cânticos religiosos. As Irmãs da Divina Providência preparavam as meninas para as tarefas rotineiras do lar e repassavam noções básicas de etiqueta, culinária e artes cênicas. Tudo guiado ou orientado a partir dos padrões europeus.

Na nova sensibilidade religiosa, burocratizada de alto a baixo, os bispos, seguindo decisões emanadas de Roma, adotaram uma série de medidas como: publicação de cartas pastorais, visitas pastorais, realização de sínodos, retiros anuais para o clero, viagens periódicas a Roma e introdução de novos padrões litúrgicos. A partir de então, os bispos enfeixaram em suas mãos uma série de atribuições: gestão e orientação disciplinar e curricular dos seminários e casas de formação, definição das atribuições e carreiras dos padres seculares; ereção de novas paróquias e

outras circunscrições eclesiásticas, indicação de novos membros do episcopado, criação de escolas e de colégios diocesanos, de obras pias e assistenciais; controle e administração de obras dos santuários e lugares considerados santos e criação de novas dioceses. Pode-se perceber, ainda a existência de uma plataforma comum do episcopado brasileiro: na sua maioria, constatava-se a preocupação com a edificação de palácios episcopais, criação de seminários diocesanos, construção ou reformas de catedrais, igrejas, criação de estabelecimentos de ensino, jornais e uma política ostensiva de resgate e aumento do patrimônio da Igreja.

A Igreja romanizada investiu significativamente no setor educacional, criando as chamadas escolas paroquiais, muitas delas tornaram-se grandes colégios equiparados aos padrões exigidos a nível nacional. Com isto aumentaram o patrimônio da Igreja, prepararam elementos para o sacerdócio, veicularam o discurso religioso atingindo amplas camadas da sociedade, agradando significativamente as elites dirigentes que matriculavam seus filhos nestas escolas. Apesar da Constituição Republicana, de 1891, proibir o auxílio financeiro, com verbas públicas, para escolas confessionais, o poder público estadual e municipal, a elas destinou recursos. A educação era o principal atrativo para as elites dirigentes republicanas que nesse momento faziam uma outra partição da sociedade: homens cultos e incultos. Os primeiros decifravam o enigma da razão na história e conduziriam a parte inculta a um “tempo edênico e natural”. Nesta nova ordem, o regime de tutela assentava-se na bagagem cultural. Os esclarecidos deveriam dirigir o povo, eliminando a possibilidade da rebeldia e surtos milenaristas⁴.

O campo devocional estava eivado de inovações: introdução da solene primeira comunhão, devoções eucarísticas e as do Sagrado Coração de Jesus, no mês de junho, devoções marianas, durante o mês de maio. Davam grande ênfase à prática dos sacramentos: crisma, eucaristia, comunhão e confissão. Criaram novas congregações ou associações das quais os leigos participavam. Mas o bispo era quem aprovava os estatutos, o clero centralizava em si o poder decisório e do leigo esperava-se a ratificação das decisões. Nas festas realizadas pelas novas associações o padre deixou de ser apenas o celebrante de missa para tornar-se o principal festeiro. Ele organizava as festas, dirigia os cantos, as novenas e rezas, bem como mobilizava a população para abrilhantá-la. Organizou-se, então, as congregações vicentinas, de cunho assistencial,

Congregações Marianas, Pia Associação dos Filhos de Maria, que prestavam culto à Imaculada Conceição. Os devotos de São José congregavam-se em torno da Pia União de Orações e do Culto Perpétuo de São José. O apostolado da Oração, introduzido no Brasil pelos padres jesuítas, estava voltada ao culto do Sagrado Coração de Jesus. Era de origem francesa e Leão XIII, em 1889, proclamou que “se espera sobretudo da virgem ou do Sagrado Coração de Jesus é a vitória da igreja no meio dos assaltos do mundo liberal e ímpio⁵. Essas novas associações foram gradativamente substituindo as antigas irmandades, onde o leigo desempenhava papel relevante e decisório. Com as novas associações, o leigo limitava-se a cumprir as decisões do vigário, ficando sobre a tutela clerical.

As práticas dos bispos, em Santa Catarina, durante a Primeira República, não obstante algumas diferenciações, à frente de suas dioceses, traziam como preocupações: construção de seminários, residência episcopal, catedral, imprensa católica, ensino do catecismo, resgate e aumento do patrimônio, construção de escolas, incentivo às missões paroquiais, visitas pastorais, introdução de novas associações para leigos, apelavam para importação de ordens e congregações religiosas estrangeiras e se comunicavam com o clero e fiéis através de cartas pastorais.

Por ocasião de suas sagrações emitiam cartas pastorais, saudando o clero, autoridades civis e os fiéis. Nelas faziam sua apresentação pública, definiam seus papéis e diziam das suas expectativas. Nas cartas pastorais se apresentavam como “indigno”, “sem méritos”, “sem ambição”⁶ “confuso”, “fraco e inseguro”⁷ “humilde e pecador”⁸. Nas suas representações enalteciam a posição hierárquica que ocupavam dizendo que: “fomos elevado a supereminente dignidade de Príncipe da casa de Deus”⁹ “sucessor dos Apóstolos” e “embaixador de Cristo”¹⁰. E para afastar qualquer possibilidade de críticas e até disputas entre seus pares diziam que as suas escolhas como Bispos, foram de responsabilidade do Santo Padre, inspirado pelo Espírito Santo sendo, portanto, de origem divina. eliminava-se com isso, possíveis dissensões, diferenciava-se a investidura no cargo de outras formas adotadas em instituições leigas e centralizava-se o processo decisório. A representação do posto como sendo de investidura divina transformava-se em máquina de fabricação de respeito e submissão, porque na forma como era colocada configurava-se como inquestionável e, ainda, transcendia às capacidades humanas.

Bispos, ordens e congregações religiosas estrangeiras, masculinas e femininas, desencadearam estratégias no sentido de estar sempre muito próximo das elites dirigentes locais, como forma de reunir condições para melhor expandir o processo de reorganização institucional. Esperavam, então, das elites dirigentes locais dinheiro ou outros benefícios que viessem contribuir para o aumento de patrimônio e esperavam adesão aos propósitos de reformulação das manifestações religiosas. Enfim, queriam na sociedade local, o reconhecimento como únicas autoridades produtoras e veiculadoras do discurso e das práticas religiosas.

Poder temporal e espiritual, no contexto das redefinições e ajustamentos presentes nas primeiras décadas do regime republicano, em Santa Catarina, estiveram sempre muito próximos. O jornal *Folha do Comércio*, ironizando as pretensões do padre Francisco Topp de ascender ao episcopado dizia que: "Sua Reverendíssima tem que indenizar seus paroquianos, do quase escândalo que lhes deu, quando em ocasião de grande manifestação de apreço, ao Sr. Lauro Müller. Em público lhe beijara as mimosas palmas"¹¹. A Resenha Eclesiástica noticiou que "auxiliados, principalmente, por um valiosíssimo auxílio do benemérito Governo do Estado, prosseguem deste março último os trabalhos de remodelação da Catedral diocesana" e ainda que: "como propriedade da Mitra, com auxílios dos Reverendíssimos Padres Luiz Schuller e Jayme Câmara, capitão do hospital, e subvenção do Governo foi aberta, este ano, mais uma escola diocesana"¹². De certa forma, havia um entendimento por parte das elites de que, o aparato cerimonial, a obra educadora e moralizadora da qual a Igreja era portadora, se afinava com as pretensões de remodelação de condutas. O horizonte vislumbrado pelas elites foi o de civilizar o povo a partir de paradigmas europeus, criando novas formas de sociabilidades que denotassem mudanças de hábitos culturais considerados rústicos e obsoletos; enraizados numa população marcada pela heterogeneidade étnica e cultural.

Desterro, nas últimas décadas do século XIX, vivenciou um significativo processo, de acumulação de riquezas oriunda da importância comercial do porto, ocasionando diversificação de atividades na área urbana e leve-se em conta, ainda, o significado da produção e comercialização da farinha de mandioca. Foi nesse contexto que se formou uma elite vinculada às atividades comerciais e ao transporte de mercadorias e, imbricado a isto, estava também a existência da possibilidade de

mobilidade social. Essa nova elite procurou reformular o espaço urbano, delimitar espaços sociais e vivenciar uma nova ordem burguesa em construção¹³.

A temática da urbanização, com a conseqüente remodelação das condutas sociais e construção de novos espaços de sociabilidades, foi recorrente em outros municípios de Santa Catarina, notadamente em Lages e Laguna. Nestes municípios se observa, através da imprensa, a constituição de novos sujeitos sociais, principalmente, comerciantes, armadores, profissionais liberais e funcionários públicos. Estes em suas localidades, alinhados às elites dirigentes locais ou a ela pertencentes estimulavam a remodelação do espaço urbano, incentivando a reformulação das condutas sociais e criação de novos espaços de sociabilidades.

Em Lages, em 1847, um grupo de homens da sociedade local fundou uma casa de espetáculos. Um teatro de amadores. O teatro, registrou Otacílio Costa, “foi o primeiro instituto de educação que possuímos”. Em 1860, o primeiro barracão foi destruído e erguido um edifício com parte de tijolos, parte de estuque conhecido como Casa do Teatro. Em 1873 edificou-se a Sociedade Theatral Phenix Lageana que tinha como objetivo: proporcionar aos associados um regular entretenimento com representações e comédias¹⁴. As elites lageanas, na esteira de criação e novas sociabilidades, apelaram para a criação de Clubes Literários e Recreativos. Surgiu, então, o Club Primeiro de Julho (1896) que congregava Republicanos de última hora, pertencentes ao Partido Conservador do Império. Na ata de sua fundação trazia como presidente Vidal José de Oliveira Ramos e outros elementos, a ele ligados, também faziam parte da associação. Segundo Licurgo Costa era uma “escola de convivência social, de aprimoramento cultural, de civismo (...) os mais moços receberam dos idosos os exemplos do comportamento ideal em sociedade: a cordialidade, a finura no trato, alegria sem malícia, elegância no trajar e no falar”¹⁵. Em 1908, surgiu o Club Literário Recreativo da cidade de Lages congregando antigos federalistas e liberais, tributários do Partido Liberal do Império. Este clube organizou um estatuto estabelecendo normas de comportamento onde estava previsto multa àqueles que “fumarem ou conservarem o chapéu na cabeça, no salões de recreio e da biblioteca, quando ali estiveram senhoras”¹⁶. Surgiu, em 1918, a Sociedade Recreativa Ramalhete Róseo, que congregava as gentis

senhoritas lageanas e os jovens criaram, em 1918, o Grêmio dos Moços, cuja finalidade era congregar os rapazes da cidade para fins recreativos. Os negros, descendentes de africanos, agrupavam-se em torno do Centro Cívico Cruz e Sousa, fundado em 1918¹⁷. As elites, querendo representar-se para dar visibilidade a seus interesses políticos criaram, em 1920, o Club 14 de Junho, quando se deu no Estado a cisão dentro do Partido Republicano e, em Lages, Ramos e Costas engalfinhavam-se nas disputas pelo poder local.

A imprensa teve papel decisivo na questão da remodelação das condutas, dando destaque à novas invenções de sociabilidades, criticando comportamentos considerados indesejáveis, lançando todo um discurso de apoio irrestrito às medidas médico-higienistas e apelando pelo recurso à estética. Em Lages temos o proliferamento de uma quantidade significativa de periódicos. De forma diferenciada, a imprensa, estava difundindo comportamentos que denotavam a busca de parâmetros para dar visibilidade a diferenciação e distinção de classe.

Neste sentido, Hermetes dos Reis Araújo coloca que a “alta sociedade” de Desterro/Florianópolis já não se reunia somente nas igrejas, nas festas do palácio da presidência da província ou nas da Câmara Municipal. Criaram-se os salões. Surgiram, então as sociedades recreativas. Nelas, a elite ouvia músicas, dançava, participava de saraus literários, freqüentava bailes e comemorações onde havia “uma preocupação com o controle público das posturas e dos afetos, típico do universo burguês¹⁸”.

Em Laguna, as elites locais estavam se afastando das manifestações públicas preferindo também os clubes. Surgiram no período em estudo diversos Clubes como: Club Filhos dos Guarany's, Club Congresso Lagunense, Club Blondin, Club Sete de Setembro, Club 12 de Julho, Club Anita Garibaldi, Club Cruz e Souza e as elites estavam preferindo também a organização de bandas musicais como: a União dos Artistas e Carlos Gomes¹⁹. Houve preocupação com o teatro, mas que encontrou algumas dificuldades com o levantamento de recursos financeiros. A imprensa em Laguna fez entre outros papéis o de criar na população, todo um imaginário voltado para a estética da cidade, criando inclusive uma associação intitulada “Associação Aformoseadora de Laguna”.

O jornal continuava no seu trabalho de incentivar políticas de saneamento publicando artigos intitulados: “luz, ventilação, orientação,

solo, água, drenagens dos resíduos domésticos e drenagem das águas servidas dos *water-closets* e das chuvas". A imprensa fazia também discursos em torno da defesa do embelezamento dos espaços públicos como por exemplo: "solicitamos a proibição de lavarem roupas na vala que atravessa a praça Lauro Müller. É uma medida exigida pela higiene e pelo bom gosto"²⁰. As discussões em torno destas medidas saneadoras e a prática destas implicaram na sugestão de adoção de medidas segregacionistas como:

Tornamos, por isso, ao assunto, convictos de que insistindo neste momentoso problema de saúde pública, prestamos um verdadeiro serviço à saúde e à tranqüilidade da família lagunense. A Fabrica, a Coloninha, parte do bairro dos Magalhães e Campo de Fora, por não corresponderem aos mais elementares preceitos de higiene, necessitam de uma reforma que possa torná-los habitáveis por seres humanos; se isto não for possível, então, torna-se necessário uma providência mais radical; a de induzir os moradores destas localidades a se mudarem para lugares mais afastados da cidade. De qualquer forma é necessário que as autoridades tomem uma medida que possa satisfazer os desejos e os requisitos da hygiene²¹.

A sociedade criada no contexto da mercantilização das relações sociais, procurou valorizar significativamente a vida privada que deveria ser protegida e organizada porque era seu seio que se reproduzia condutas. O lado de fora, ou seja, a esfera pública era um espaço marcado pela diversidade, por interesses heterogêneos, onde as elites procuravam valer suas diferenças e concretizar sua hegemonia²². Foi neste contexto que as elites dirigentes tiveram como prepostos, intelectuais, que defenderam seus interesse privados através da imprensa, deram também combate a todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse comprometer o desejo de constituição de uma sociedade civilizada. O que interessava era a implantação definitiva do progresso e da civilização com base em padrões culturais europeus.

O combate ao catolicismo popular, nas suas mais variadas manifestações, encetado pela hierarquia eclesiástica, veio ao encontro dos interesses das elites, pois era nas festas, nas procissões, nas romarias que homens e mulheres das mais diferentes camadas sociais se exprimiam, se misturavam e se diferenciavam. Era também um momento em que todos

estavam juntos, transgredindo a normatividade do cotidiano vivido. Mas, no entanto, era um espaço de sociabilidades a ser remodelado para ter a cara daquilo que as elites achavam, no momento, como sendo civilizado.

Talvez seja interessante colocar que as visitas pastorais se constituíam num importante meio para que os bispos tomassem conhecimento da situação de suas dioceses. Anunciavam como sendo um dos grandes objetivos das visitas “a correção de erros e abusos e implantar a sã e ortodoxa doutrina”. Nas visitas pastorais, geralmente, avaliavam as manifestações religiosas existentes como sendo resultado da “ignorância religiosa”, determinando ao clero que envidassem todos os esforços para combatê-las. Os bispos sugeriam, então, o combate, seja através do ensino do catecismo, para adultos e crianças, seja através da ação do padre que deveria fazer valer a sua autoridade, suprimindo tudo o que não fosse compatível com a doutrina da Igreja²³.

Mas também os bispos não deixavam de fazer suas observações acerca do modo de vida da população e que revelavam um olhar de civilizador. Assim, por exemplo, D. José de Camargo Barros, ao chegar em Painel, distrito de Lages, observou que: “creio que o povo daqui não é tão simples como de S. Joaquim, pois não vi um leque nas mãos das moças de São Joaquim e aqui já vi hoje; também aqui são quasi todos caboclos e mulatos, meio bronzeados, ao passo que em São Joaquim são mais claros e bonitos”. Hospedado, em Campos Novos, na casa do senhor Henrique Rupp, observa que “na sala de visitas não tem sofá e nem uma cadeira sequer” ou então estando na localidade chamada Lageadinho colocava que “por aqui, em muitos lugares, temos comido em pratos de folha, com colheres de ferro, chicaras de ferro, um copo só para todos”²⁴.

D. Duarte Leopoldo e Silva, em 1906, constatando aquilo a que chamava de “ignorância religiosa”, observou que “não sabem rezar nem sequer o Padre Nosso, a Ave-Maria, confessam e comungam sem saber a razão, apenas por instinto de fé. O comportamento na Igreja era “escandaloso”, não sabem como e nem quando ajoelhar-se, “conversam escandalosamente”, “esparramados pelo chão”. O culto mais importante era a procissão “escandalosamente carnavalesca” e um “terço horrivelmente gritado”. Não “diferenciam o casamento civil do religioso”, não conhecem seus impedimentos, “vivem em pecado de incesto e mancebia”, muitos tentam um segundo casamento, mesmo estando um dos cônjuges vivo. Diante de tal situação, chamava a atenção dos vigários, dizendo que

“Deus na sua infinita misericórdia, acolhe compassivo ao pobre ignorante, não nos perdoará por negligência e preguiça”²⁵.

Citando como exemplo as grandes cidades do Brasil e da Europa onde predominava “o sentimento artístico, de ordem, limpeza”, conclamava aos vigários que indicassem para cuidar das capelas pessoas “piedosas, capazes por educação, de ordem, método e disciplina” e que combatessem com toda a energia “todas as indecências que tanto aviltam a nossa dignidade de católicos e até de povo civilizado”²⁶. A Igreja, filha de seu tempo, engajava-se no processo civilizador corrente no mundo ocidental e contribuiu para remodelar condutas, criar novas formas de socialidades e através da educação formal incutir o controle dos impulsos e das emoções.

Assim, por exemplo, as recomendações quanto ao comportamento nas Igrejas, por ocasião de celebrações, deixam claro estas intenções quando aquelas dizem que: “quando fordes à Igreja para um batisado, não vos entregueis a conversa e expansão imprópria ao lugar sagrado”²⁷, que “os fiéis ao dirigirem-se para a sagrada missa, como ao retirar-se devem-se ter as mãos postas, os olhos baixos e todo o exterior modesto e recolhido”²⁸. “Por ocasião do Sacramento do matrimônio é que maiores abusos se observa na casa de Deus, então verdadeiramente profanada pelas irreverências, conversas, risadas, comentários etc., de certos levianos e curiosos que tudo julgam permitido. Tanto mais censurável é o abuso, quanto mais inexplicável no seio de uma população civilizada, católica e temente a Deus”²⁹ e, ainda, “por ocasião das cerimônias funerárias recomenda-se que não é esta a ocasião mais oportuna para dar pêsames à família do morto. Melhor seria que cada um entregasse o seu cartão a alguém da família, ou a pessoa por ela determinada, evitando deste modo as emoções violentas tão comuns e desagradáveis”³⁰.

Retomando a prática dos Bispos em suas dioceses, destacaremos a reorganização da instituição, suas relações com o clero e suas atitudes frente às manifestações religiosas populares. As práticas dos bispos eram compatíveis com a autocompreensão da Igreja e, concomitantemente, correspondiam aos anseios de segmentos da sociedade que buscavam a remodelação de condutas e criação de novas formas de sociabilidade, adequadas ao processo civilizatório.

Vinculavam suas ações seguindo rigidamente as decisões emanadas do Concílio Plenário Latino Americano e às decisões tiradas das reuniões

do Episcopado brasileiro das Províncias Eclesiásticas Meridionais. Foi nesse sentido que D. José de Camargo Barros participou do Concílio Plenário Latino Americano e fez uma visita *ad limina*, onde relatou a situação de sua diocese³¹. D. João Becker recomendava a fiel observância às leis canônicas, estatuídas pela Santa Sé e decretos das conferências trienais e nesse particular à Pastoral Coletiva de 1907, cuja Pastoral recomendava a fiel observância ao referido Concílio, pois “este será para a América Latina o que o Concílio de Trento foi para o século XVII”³².

Embora as decisões do Concílio Plenário Latino Americano já estivesse sendo cumpridas desde 1900, D. João Becker realizou, em 1910, o primeiro sínodo diocesano, visando ajustar a Igreja de Santa Catarina às decisões do Concílio e as Pastorais Coletivas dos Bispos das Províncias Eclesiásticas Meridionais do Brasil, como forma de “tornar conhecida as leis da igreja, adaptando-as enquanto for possível e permitido às circunstâncias da Diocese, corrigindo erros e abusos”. D. Joaquim Domingues de Oliveira participou da elaboração das constituições diocesanas das Províncias Eclesiásticas Meridionais e realizou os sínodos de 1919 e 1925, buscando o alinhamento de sua diocese às diretrizes emanadas do código do Direito Canônico, promulgado em 1917.

Sobre as Irmandades, confrarias e ordens terceiras, o Sínodo Diocesano de 1910, realizou durante a gestão de D. João Becker, se manifestava reconhecendo a sua utilidade, mas colocando-as sobre a égide da autoridade diocesana, proibindo a admissão de pessoas de outras seitas. Os conflitos e dúvidas seriam dirimidos pelos bispos e nas eleições parciais e gerais o vigário deveria assisti-las como representante da autoridade diocesana. As irmandades ficavam proibidas de nomear e exonerar capelães sem a aprovação dos bispos. O vigário poderia vetar decisões das Irmandades e estas poderiam recorrer à autoridade diocesana. Os bens pertencentes às Irmandades foram considerados bens eclesiais³³. O Sínodo Diocesano, de 1919, realizado durante a gestão de D. Joaquim Domingues de Oliveira, retomou as mesmas questões e dizia que “no caso de extinção supressão e dissolução todos os bens passavam para o poder do prelado diocesano”³⁴.

Em relação as festas religiosas o Sínodo Diocesano de 1910 determinava: a) eliminação dos abusos, folias, danças e o desvio de esmolas; b) para cada festa o festeiro ou provedor de Irmandade deveriam requerer provisão da autoridade diocesana, em caso de pretender tirar

esmolas; e) o requerimento deveria ser acompanhado de informações do vigário; d) o vigário tinha o direito de escolher junto com o festeiro ou provedor as pessoas que sairiam a pedir esmolas, cuidando para que não houvesse profanação ou abuso, ficando proibidas as folias; e) o programa e o orçamento da festa seriam elaborados de acordo com os vigários³⁵. Já o Sínodo, de 1919, proibía as folias, danças, peditórios com bandeiras, recomendando que fossem organizadas comissões apresentadas pelo vigário, com as seguintes atribuições: fariam correr lista de subscritores pela paróquia, promoveriam leilões, quermesses, bazares, tómbolas, receberiam promessas e arrecadariam prendas e ofertas. Ao vigário competia informar da idoneidade das pessoas, aprovar o programa dos festejos e recorrer ao auxílio das autoridades policiais, em caso de desrespeito³⁶.

Para as festas que geralmente eram acompanhadas de músicas e cantos com gaita e sanfonas ou com bandas musicais que tocavam também nas procissões o Sínodo, de 1910, proibía o canto em língua vernácula, trechos de ópera ou de músicas profanas e de bandas musicais tocarem dentro das igrejas e recomendava aos vigários a criação de escolas para cantores de canto gregoriano e música sacra³⁷. O sínodo, de 1919, recomendava que não houvesse nada de profano, mundano ou teatral e que os vigários se esforçassem para corrigir erros de pronúncia³⁸.

É possível afirmar que através desses eventos e da legislação decorrente, a Igreja, em Santa Catarina, buscava seu alinhamento às decisões emanadas da Santa Sé, contribuindo com o objetivo de construção de uma Igreja Universal, fortemente centralizada e hierarquizada. A partir desta nova sensibilidade as manifestações culturais de índios, africanos e luso-brasileiros foram reelaboradas, suprimidas ou colocadas no esquecimento. A Igreja construiu sua identidade adotando conteúdos e práticas alheias à grande maioria da população, mas encontrou guarida junto às camadas médias da sociedade e elites dirigentes, que no momento estavam afinadas em torno do objetivo de europeização da sociedade, propondo a reformulação das condutas e construção de novas formas de sociabilidades. As camadas subalternas, grande parte, mantiveram-se alheias ao processo e outras sofreram reelaborações em seus conteúdos devocionais. Aliados a problemas de ordem política, econômica e social eclodiram movimentos, como Canudos e Contestado e se não fosse o concurso da repressão policial, francamente

apoiado pelo Bispo e pelos franciscanos³⁹, a expansão do catolicismo romanizado estaria seriamente comprometida. O poder da pregação não surtiu o efeito esperado, apesar da insistência das ordens e congregações religiosas estrangeiras, masculinas e femininas, em suas paróquias.

NOTAS

1. WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987. p. 165.
2. WERNET. p. 96.
3. MICELLI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. p. 53.
4. MONARCHA, Carlos. Essa não era a república dos meus sonhos. In: *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova*. São Paulo: Cortez/autores Associados, 1989. p. 44.
5. COMBLIM, José. Situação histórica do Catolicismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 26, n. 3, p. 597, set. 1966.
6. BARROS, José de Camargo, Bispo. *Carta Pastoral, D. José de Camargo Barros saudando seus diocesanos no dia de sua sagração*. Curitiba: Typ. da Imprensa Paranaense, 1900. p. 17.
7. BECKER, João. Bispo. *Carta Pastoral: ao clero e ao povo de sua diocese*. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1908. p. 3.
8. OLIVEIRA, Joaquim Domingues, Bispo. *Carta Pastoral saudando aos seus diocesanos*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1914. p. 3.
9. BARROS. p. 17.
10. BECKER. p. 6.
11. *Folha do Comércio*. Florianópolis, ano I, n. 820, 13 ago. 1912.
12. RESENHA ECLISIÁSTICA, v. 10, n. 1, p. 24, mar. 1922.
13. PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe; papéis sociais femininos na sociedade Desterro/Flópolis. 1880-1920*. São Paulo: USP, 1982. p. 21.
14. COSTA, Licurgo. Evolução Cultural. In: *O Continente das Lagens e sua influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: FCC, 1982. p. 1058-1214.
15. COSTA. p. 430.
16. COSTA. p. 433.
17. COSTA, Licurgo. Aspectos da vida cotidiana em Iages. In: *O Continente das Lagens e sua influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: FCC, 1982. p. 435-543.
18. ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo: PUC, 1989. p. 73 e 113.
19. ULISSÉIA, Saul. *Coisas Velhas*. Laguna: ed. autor. 1944. p. 154-162. O autor cita vários clubes e bandas musicais que surgiram no período em estudo e também enumera uma enorme quantidade de jornais que surgiram no período. Uns com duração bastante efêmera e outros resistiram por um maior período de tempo.
20. *O Albor*. Laguna, 12 ago. 1906.
21. *O Albor*. Pela Higiene. Laguna, 16 mar. 1919.
22. ARAÚJO. p. 81.

23. BARROS, José de Camargo. Bispo. Carta Circular, recomendando o ensino do catecismo. In: *Coleção das pastorais, circulares, mandamentos etc.* p. 96.
24. PIAZZA, Walter. Os diários de D. José de Camargo Barros e suas visitas pastorais ao território Catarinense. *RHIGSC*. Florianópolis: v. 5, p. 81-91. 1984.
25. SILVA, Duarte Leopoldo e. Bispo. Mandamento. In: *Boletim Eclesiástico da Diocese de Curitiba*. v. 6, n. 5, p. 98, maio. 1906.
26. SILVA. p. 99.
27. *A época*. Recomendação aos fiéis sobre o modo de se portar na Igreja durante as cerimônias religiosas. Florianópolis, 11 jan. 1913. n. 13.
28. *A Época*. 11 jan. 1913. n. 13.
29. *A Época*. Casamentos, 18 jan. 1913. n. 14.
30. *A Época*. Funerais. 18 jan. 1913. n. 14.
31. BECKER, João. Bispo. *Carta Pastoral; ao clero e ao povo de sua diocese*. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1908. p. 18.
32. BECKER, João Bispo. *Carta Pastoral; ao clero e ao povo de sua diocese*. Porto Alegre: Typ do Centro, 1908. p. 18.
33. DAS IRMANDADES. In: BECKER, João. Bispo. *Estautos synodales*. s.l., s.ed., 1910. p. 110-1.
34. DAS IRMANDADES. In: OLIVEIRA, Joaquim Domingues de. Bispo. *Segundo do Synodo de Florianópolis*. Florianópolis: Cysne, 1919. p. 58.9.
35. DAS FESTAS. In: BECKER. p. 97.
36. DAS FESTAS, religiosas. In: OLIVEIRA. p. 86.
37. CANTO e música. In: BECKER. p. 101.
38. DAS DEVOÇÕES. In: OLIVEIRA, p. 88.
39. "O Bispo Diocesano de Santa Catarina, acompanhado naturalmente de seu clero, aproveita o presente ensejo, qual o da data por excellencia gloriosa nos fatos da República, para apresentar a Vossa Exa. Sr. Dr. Wenceslau Braz, a expressão de franca e incondicional adesão aos actos eminentemente patrióticos, emanados daquelle e deste governo, com os votos sempre sinceros e ardentes, mas que no presente e doloroso momento reitera, pella grandeza, cohesão e brilho da Pátria brasileira. Na comunhão mais íntima das suas mágoas, e vibrando-lhe as almas a cada uma das mais sagradas aspirações, fez seus e a cada um dos preceitos e conselhos do Exmo. Sr. Presidente da República, tendo-os para logo, inculcado a seu clero, de quem podem os poderes públicos esperar uma leal cooperação nos justos interesses da Pátria e quaisquer medidas atinentes à segurança pública; tendo não obstante tomado as medidas que pareceram indeclináveis, sem contudo obstar ao serviço das almas, na situação especial em que se encontra a diocese, como tomará as que forem necessárias e compatíveis com a lealdade e sinceridade nunca desmentidas". (OLIVEIRA, Joaquim Domingues de. Bispo. Carta do bispo diocesano ao governador do Estado: Coronel Dr. Felipe Schmidt. *Resenha Eclesiástica*. v. 6, n. 6, p. 115, nov. 1917).